



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA DE PRAIA NORTE
CNPJ: 25.061.789/0001-11

ATO CONVOCATÓRIO

REAVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADA NA FORMA DA LEI

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 066/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2019

TIPO DE EXECUÇÃO: INDIRETO, MENOR PREÇO POR ITEM.

REFERENTE: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE LOCAÇÕES DE VEÍCULOS E MAQUINAS PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E FUNCO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PRAIA NORTE.

1

PRAIA NORTE, DEZEMBRO DE 2018.



RECIBO DE RETIRADA

Razão social:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

CNPJ:

Inscrição Estadual:

Contato (nome):

Referência:

Constitui objeto da presente licitação a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de Locações de Veículos e maquinas para manutenção das Secretarias Municipais, Fundo Municipal de Saúde de Praia Norte, Fundo Municipal de Educação e Fundo Municipal de Assistência Social de Praia Norte, conforme especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência.

Recibo:

Recebi do PMPN – Prefeitura Municipal de Praia Norte/TO, o Edital de PREGÃO PRESENCIAL 007/2019, cuja realização será às 16h00min, do dia 04/04/2019, na Sala de Licitações da PMPN, à Avenida Nossa Senhora do Carmo, S/n – CEP- 77.970-000 - Centro – Praia Norte/TO.

O EDITAL É COMPOSTO DE:

1.1.1. ANEXO I - Termo de Referência

1.1.2. ANEXO II - Modelo de declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (inciso VII do artigo 4º da Lei nº 10.520, de 2002);

1.1.3. ANEXO III - Modelo de declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação

1.1.4. ANEXO IV - Modelo de declaração relativa à proibição do trabalho do menor (Lei nº 9.854/99)

1.1.5. ANEXO V - Modelo de declaração de microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

2. ANEXO VI - Minuta de Ata de Registro de Preços;

3. ANEXO VII – Proposta Comercial

4. ANEXO VIII – Termo de Credenciamento

5. ANEXO IX - Declaração de Ausência de Servidor Público

6. ANEXO X - Modelo de declaração de idoneidade

7. ANEXO XI - Modelo de declaração de que a licitante recebeu os documentos

Praia Norte ____/____/2019.

Assinatura

Retirada do Edital, na sede do órgão licitante ou via e-mail. Para formalização do interesse de participar nesta licitação, a empresa deverá passar este formulário/recibo, devidamente preenchido para a Comissão Permanente de



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA DE PRAIA NORTE
CNPJ: 25.061.789/0001-11

Licitações, que deverá ser entregue na sede do órgão licitante, via correio em tempo hábil ou por e-mail: cpl.praianorte@hotmail.com

A não remessa do recibo exime a Presidente da CPL e Equipe de Apoio da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.



AVISO

Conforme Acórdão TCU n. 754/2015 – Plenário, a Administração Pública está obrigada a autuar processo administrativo para apuração de falta e aplicação de sanções contra todas as empresas que pratiquem os atos tipificados no art. 7º. Da Lei 10.520/2002.

Art. 7º Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Recomendamos que os interessados em participar do certame leiam atentamente todas as exigências habilitatórias contidas no Edital e seus anexos, verificando se dispõe dos documentos exigidos.

E, ainda, que sejam observadas todas as características do objeto licitado para, assim, evitar propostas com valores inexequíveis, pois não será aceito pedido de desistência após o início da sessão.

4



PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2019

TIPO: Tipo menor preço por item.

ORGÃO INTERESSADO: Secretarias Municipais, Fundo Municipal Saúde, Fundo Municipal de Educação e Fundo Municipal Assistência Social do de Praia Norte - TO ;
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 066/2019

PREÂMBULO

A Prefeitura Municipal de Praia Norte, por intermédio do Pregoeiro, instituída pela portaria 002/2019 do dia 03 de janeiro de 2019, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicado fará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo menor preço por item, conforme descrição contida neste Edital e seus Anexos. O procedimento licitatório obedecerá à lei nº 10.520, de 2002, ao decreto nº 3.555, de 2000, decreto nº 8.250 de 23 de maio de 2014, à lei nº 8.078, de 1990 - código de defesa do consumidor, ao decreto nº 3.722, de 2001, ao decreto nº 3.931, de 2001, à lei complementar nº 123, de 2006, decreto municipal nº 004/2013 do dia 15 de janeiro de 2013 e subsidiariamente, a lei complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014, IN O5 de 26 maio de 2017, à lei nº 8.666, de 1993, bem como à legislação correlata, e demais exigências previstas neste edital e seus anexos.

A obtenção do presente Edital e seus anexos, bem como quaisquer esclarecimentos aos seus termos, deverão ocorrer na Prefeitura Municipal, em sua sede no endereço para Informações Avenida Nossa Senhora do Carmo, S/n – CEP- 77.970-000 - Centro – Praia Norte/TO. Fone: (063) 3488 – 1204 – horário de atendimento das 08h às 12horas, E-mail: cpl.praianorte@hotmail.com.

Não havendo expediente na data marcada para abertura da licitação, ficará a reunião ao dia da para o primeiro dia útil subsequente, mantendo todas as demais condições, no mesmo local e hora, salvo disposições em contrário.

A minuta do presente edital foi aprovada pelo núcleo de Assessoramento Jurídico da Prefeitura Municipal de Praia Norte - TO, parecer jurídico, conforme o disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93.

Data da abertura da sessão pública: 04 de abril de 2019

Horário: 16h00min (horário local)

Endereço: Avenida Nossa Senhora do Carmo, S/n – CEP- 77.970-000 - Centro – Praia Norte/TO.

Credenciamento: das 16h00min às 16h15min

LOCAL: Sala do Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Praia Norte – Tocantins.

1 DO OBJETO



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA DE PRAIA NORTE
CNPJ: 25.061.789/0001-11

O objeto desta licitação é a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de Locações de Veículos e maquinas para manutenção das Secretarias Municipais, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Educação e Fundo Municipal de Assistência Social de Praia Norte, no período de janeiro a dezembro de 2018, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital e seus Anexos.

a) A licitação será subdivida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

b) O critério de julgamento adotado será o menor preço por ITEM, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

- ANEXO I - Termo de Referência
- ANEXO II - Modelo de declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (inciso VII do artigo 4º da Lei nº 10.520, de 2002); (Credenciamento)
- ANEXO III - Modelo de declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação; (envelope 02);
- ANEXO IV - Modelo de declaração relativa à proibição do trabalho do menor (Lei nº 9.854/99); (envelope 02)
- ANEXO V - Modelo de declaração de microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007. (Credenciamento)
- ANEXO VI - Minuta do contrato
- ANEXO VII – Proposta Comercial; (envelope 01).
- ANEXO VIII – Termo de Credenciamento. (Credenciamento)
- ANEXO IX - Declaração de ausência de servidor público/(envelope 02).

6

2 DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

a) O órgão contratante será as Secretarias Municipais, Fundo Municipal Saúde, Fundo Municipal de Educação e Fundo Municipal de Assistência Social de Praia Norte - TO.

3 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

b) Poderão participar deste Pregão os interessados pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.

c) Atendam às exigências constantes neste Edital e nos seus anexos, inclusive quanto à documentação requerida.

d) Não será admitida nesta licitação a participação de pessoas jurídicas:

e) Com falência, recuperação judicial, concordata ou insolvência, judicialmente decretadas, ou em processo de recuperação extrajudicial;

f) Em dissolução ou em liquidação;

g) Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do



Distrito Federal ou municipal, nos termos do artigo 87, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993;

- h) Que estejam impedidas de licitar e de contratar com a União, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520, de 2002, e decretos regulamentadores;
- i) Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605, de 1998;
- j) Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- k) Que estejam reunidas em consórcio;
- l) Que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- m) Estrangeiras que não funcionem no País;
- n) Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.
- o) O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

4 DO CREDENCIAMENTO

4.1 O licitante, ou o seu representante, deverá, no local, data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, apresentar-se ao Pregoeiro para efetuar seu credenciamento como participante deste Pregão, munido da sua carteira de identidade, ou de outro documento equivalente, e do documento que lhe dê poderes para manifestar-se durante a sessão pública em nome do licitante.

4.2 O licitante ou o seu representante que não se credenciar ou não comprovar seus poderes estará impedido de apresentar lances, formular intenção de recurso ou manifestar-se, de qualquer forma, durante a sessão.

4.3 Considera-se como representante do licitante qualquer pessoa habilitada, nos termos do estatuto ou contrato social, do instrumento público de procuração, ou particular com firma reconhecida.

4.4 O estatuto, o contrato social ou o registro como empresário individual devem ostentar a competência do representante do licitante para representá-lo perante terceiros.

4.5 O instrumento de procuração público, ou particular com firma reconhecida, deve ostentar os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, devendo vir acompanhado dos documentos de constituição da empresa ou do registro como empresário individual.

4.6 Será admitida apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciado, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma empresa credenciada.

4.7 Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (conforme modelo ANEXO II); *(no credenciamento)*.

4.8 ANEXO V - Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte, ou de cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, quando for o caso (conforme modelo anexo), sob pena de não usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, assinado e reconhecido firma.

4.9 ANEXO VIII - Termo de Credenciamento, assinado e reconhecido firma.

4.10 Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas proponentes, o Pregoeiro não mais aceitará novos proponentes, dando início ao recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e a Documentação, exclusivamente dos participantes devidamente credenciados.



5- DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DE PROPOSTA.

5.1 Cada licitante deverá apresentar dois envelopes de documentos, um contendo os documentos de habilitação e o outro, a proposta de preços.

5.1.1 Será admitido o encaminhamento dos envelopes por via postal ou outro meio similar de entrega, mediante recibo ou aviso de recebimento, desde que entregues até 1 (uma) hora antes da abertura da sessão pública.

5.2 Nessa hipótese, os dois envelopes deverão ser acondicionados em invólucro único, endereçado diretamente à Comissão, com a seguinte identificação:

À COMISSÃO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA NORTE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2019

SESSÃO EM 28/01/2019, ÀS 14h00 min

Endereço: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Praia Norte –TO

Localizada na Avenida Nossa Senhora do Carmo, s/n - CEP. 77.970-000, Praia Norte –TO.

5.3 Os envelopes que não forem entregues nas condições acima estipuladas não gerarão efeitos como proposta.

5.4 Os conjuntos de documentos relativos à habilitação e à proposta de preços deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados e lacrados, rubricados no fecho e identificados com o nome do licitante e contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 1 - PROPOSTA DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA NORTE

PREGÃO Nº ___/2019

(RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE)

CNPJ Nº XXXX

ENVELOPE Nº 2 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA NORTE

PREGÃO Nº ___/2019

(RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE)

CNPJ Nº XXXX

5.5 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

6 DA PROPOSTA DE PREÇOS

a) A proposta de preços, emitida por computador ou datilografada, redigida em língua portuguesa, com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, como também rubricadas todas as suas folhas pelo licitante ou seu representante, deverá conter:



- b) As características do objeto de forma clara e precisa, indicando marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e demais dados pertinentes, observadas as especificações constantes do Termo de Referência.
- c) Capacidade de fornecimento, se inferior ao estabelecido no Termo de Referência;
- d) Tipo menor preço por item, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência.
- e) No preço cotado deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto.
- f) Prazo de entrega, conforme parâmetro máximo do Termo de Referência.
- g) Prazo de da execução do serviço, conforme parâmetro mínimo do Termo de Referência.
- h) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.
- i) A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

“Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

Parágrafo único. No que diz respeito às compras públicas, enquanto não sobrevier legislação estadual, municipal ou regulamento específico de cada órgão mais favorável à microempresa e empresa de pequeno porte, aplica-se a legislação federal.” (NR).

7 DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

7.2 A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata de Julgamento.

7.3 O Pregoeiro classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, para participação na fase de lances.

7.3.1 Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

8 DA FORMULAÇÃO DOS LANCES



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA DE PRAIA NORTE
CNPJ: 25.061.789/0001-11

8.1 Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, o Pregoeiro dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

8.2 O lance deverá ser ofertado por valor mínimo de 1%, do item.

8.3 O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

8.4 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances e a manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

8.5 Encerrada a etapa de lances, na hipótese de participação de licitante microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (COOP), será observado o disposto nos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.204, de 2007, lei nº 147 de 2014 nos artigos 47 e 48, parágrafo 3.

8.5.1 O Pregoeiro identificará os preços ofertados pelas ME/EPP e COOP participantes que sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço, desde que a primeira colocada não seja uma ME/EPP/COOP.

8.5.2 As propostas ou lances que se enquadrarem nessa condição serão consideradas empatadas com a primeira colocada e o licitante ME/EPP/COOP melhor classificado terá o direito de apresentar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos.

8.5.3 Caso a ME/EPP/COOP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes ME/EPP/COOP participantes que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, segundo o estabelecido no subitem anterior.

8.5.4 Caso sejam identificadas propostas de licitantes ME/EPP/COOP empatadas, no referido intervalo de 5% (cinco por cento), será realizado sorteio para definir qual das licitantes primeiro poderá apresentar nova oferta, conforme subitem acima.

8.5.5 Havendo êxito neste procedimento, a ME/EPP/COOP assumirá a condição de melhor classificada no certame, para fins de aceitação. Não havendo êxito, ou tendo sido a melhor oferta inicial apresentada por ME/EPP/COOP, ou ainda não existindo ME/EPP/COOP participante, prevalecerá a classificação inicial.

8.5.6 Somente após o procedimento de desempate fictício, quando houver, e a classificação final dos licitantes, será cabível a negociação de preço junto ao fornecedor classificado em primeiro lugar.

8.6 Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

8.6.1 Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio.

8.7 Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

8.8 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10



8.9 Margem de preferência para produtos manufaturados para produtos nacionais:

- a) Será aplicado a margem de preferência apenas para os produtos manufaturados nacionais;
- b) A margem de preferência de que trata o subitem 9.8, será aplicada para classificação das propostas após a fase de lances, quando aceitação das mesmas pelo pregoeiro;
- c) A margem de preferência não será aplicada caso preço mais baixo ofertado seja de produto Manufaturado Nacional;

9 BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

9. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

9.2 A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

9.3 Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma da subcondição anterior, o pregoeiro, de imediata, convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

9.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o pregoeiro fará um sorteio, definindo e convocando imediatamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

9.5 A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Pregoeiro, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006;

9.6 Pode ainda o pregoeiro utilizar do “Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

9.7 § 3º Os benefícios referidos no caput deste artigo poderão, justificadamente, estabelecer a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido.” (NR).

9.7 Na hipótese de não contratação nos termos previstos nesta Seção, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes.

10 DA ACEITAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1 Como condição prévia à aceitação da proposta, caso o licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar tenha usufruído do tratamento diferenciado previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123, de 2006, o Pregoeiro poderá consultar o Portal da Transparência do Governo Federal



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA DE PRAIA NORTE
CNPJ: 25.061.789/0001-11

(www.portaldatransparencia.gov.br), seção “Despesas – Gastos Diretos do Governo – Favorecido (pessoas físicas, empresas e outros)”, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ele recebidas, no exercício anterior, extrapola o limite de R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), previsto no artigo 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, ou o limite proporcional de que trata o artigo 3º, § 2º, do mesmo diploma, em caso de início de atividade no exercício considerado.

10.2 Para a microempresa ou empresa de pequeno porte, a consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ela recebidas, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o artigo 3º, §§ 9º-A e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

10.2.1 Constatada a ocorrência de qualquer das situações de extrapolação do limite legal, o Pregoeiro indeferirá a aplicação do tratamento diferenciado em favor do licitante, conforme artigo 3º, §§ 9º, 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a consequente recusa do lance de desempate, sem prejuízo das penalidades incidentes.

10.3 Não ocorrendo situação de recusa com base na hipótese acima, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação e sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

10.3.1 Os preços não poderão ultrapassar o valor unitário máximo de cada item definido no Termo de Referência.

10.4 O Pregoeiro poderá solicitar ao licitante que apresente imediatamente documento contendo as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, sob pena de não aceitação da proposta.

10.5 Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos no subitem anterior, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 05 (cinco) dias úteis contados da solicitação.

10.5.1 No caso de não haver entrega da amostra, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

10.5.2 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise.

10.5.3 Será considerada aprovada a amostra que atender aos critérios definidos no Termo de Referência:

10.6 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.7 Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável, ou for desclassificada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

12



10.8 Nessa situação, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

10.9 No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem sua substância, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

10.10 Aceita a proposta classificada em primeiro lugar, o licitante deverá comprovar sua condição de habilitação, na forma determinada neste Edital.

10.11 A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, devidamente preenchida na forma do Anexo VII – Modelo de Proposta de Preços, em arquivo único, até às 24 (vinte) horas do dia seguinte à convocação efetuada pelo Pregoeiro na sala da CPL, endereço a Avenida Nossa Senhora do Carmo S/N centro Cidade Praia Norte - TO.

10.12 A licitante que abandonar o certame será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

10.13 O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

10.14 O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Município de Praia Norte - TO ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

10.15 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

10.16 Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

10.17 Não serão aceitas propostas com valor global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

10.17.1 Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

11 DA HABILITAÇÃO

11.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá verificar o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

11.2.1 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992,



que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.2.2 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.3 Não ocorrendo inabilitação, a documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar será verificada.

11.3.1 Os documentos poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial.

11.4 Para a habilitação, o licitante deverá apresentar os documentos a seguir relacionados:

11.4.1 Relativos à Habilitação Jurídica:

a No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

c Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

d Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

e Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

f No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

g No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;

h No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembléia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

i No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

j Alvará funcionamento, emitido pelo órgão competente do Município de sede do Licitante, devidamente atualizado.

k Documentos Pessoais dos sócios (CPF e documentos de identificação com foto);

11.4.2 Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:



a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

b) *Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, por meio da apresentação do seguinte:

Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União nos termos da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.175 de 02/10/2014.

c) *Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação do seguinte:

Certidão negativa ou positiva, com efeito, de negativa de quitação de tributos federais, expedida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal.

d) *Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação do seguinte:

Certidão Negativa de Débitos Trabalhista (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943." (NR) e Lei nº 12.440 de 07 de Julho de 2011.

e) *Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, por meio da apresentação do seguinte:

f) Certidão Negativa de Infrações Trabalhistas junto ao Ministério do Trabalho e Emprego/Secretaria de Inspeção do Trabalho.

g) Certidão quanto à Dívida Ativa do Estado emitida pela Procuradoria do Estado ou documento equivalente da sede do licitante que comprove a regularidade. Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Estaduais emitida pela Secretaria de Fazenda do Estado ou documento equivalente que comprove a regularidade.

h) *Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, por meio da apresentação do seguinte: Certidão Negativa de Tributos municipais, emitida pela Prefeitura da sede da licitante;

i) Certidão Negativa de Débito (CND) FGTS, Certificado de Regularidade n de Situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviços – FGTS pelo CNPJ ou pelo CEI;

j) Certidão Simplificada (Junta comercial do estado);

k) Caso o licitante seja microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de ser inabilitado.



l) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado, às microempresas e empresas de pequeno porte, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa, conforme disposto no Art.43, §1º, da Lei Complementar nº 147, de agosto de 2014.

11.4.3 Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

a. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação;

b. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

b.1. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

b.2. As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;

b.3. No caso de licitação para fornecimento de bens para pronta entrega, não se exigirá da microempresa ou empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social;

b.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

b.5. A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial ou apurados mediante consulta online, no caso de empresas inscritas no SICAF:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$



b.6. O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui capital mínimo ou patrimônio líquido equivalente a 10% (Dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

b.7. A empresa enquadrada como Micro empreendedor, não é obrigado apresentar o balanço Patrimonial.

11.4.3.1 Relativos à Qualificação Técnica:

a) No mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, comprovando já ter executado as atividades de construção de redes aéreas de distribuição de energia elétrica em média tensão e baixa tensão e manutenção de rede de iluminação pública.

11.4.4 Documentos Complementares:

a. Declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame, conforme modelo anexo a este Edital; ANEXO III, assinado e reconhecido firma.

b. Declaração de cumprimento do inciso XXXIII do art. 7º da constituição federal. ANEXO IV, assinado e reconhecido firma.

c. ANEXO IX - Declaração de ausência de servidor público (envelope 02), assinado e reconhecido firma.

11.5 A comprovação dos requisitos de habilitação será exigida do licitante de acordo com o vulto e a complexidade de cada item.

11.5.1 O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

11.5.2 O licitante que já estiver cadastrado no SICAF, em situação regular, até o terceiro dia útil anterior à data da abertura da sessão pública, não ficará dispensado de apresentar os documentos comprobatórios abrangidos pelo referido cadastro que estejam validados e atualizados.

11.5.3 A verificação se dará mediante consulta online, realizada pelo Pregoeiro, devendo o resultado ser impresso e anexado ao processo.

11.5.4 Na hipótese de algum documento que já conste do SICAF estar com o seu prazo de validade vencido, e caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, o licitante deverá apresentar imediatamente documento válido que comprove o atendimento às exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte e das cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

11.5.5 O licitante obriga-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da habilitação.

11.5.6 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA DE PRAIA NORTE
CNPJ: 25.061.789/0001-11

11.5.7 No caso de inabilitação, o Pregoeiro retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

11.5.8 Para fins de habilitação, o Pregoeiro poderá obter certidões de órgãos ou entidades emissoras de certidões por sítios oficiais.

11.5.9 Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.5.10 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.5.11 No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

11.5.12 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11.5.13 Caso o licitante seja microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, havendo alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal, ser-lhe-á assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. *Art nº 43 da lei 147 de 07 de agosto de 2014.*

11.5.14 Como condição para o deferimento do prazo de regularização, o Pregoeiro poderá consultar o Portal da Transparência do Governo Federal (www.portaldatransparencia.gov.br), para verificação do somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pelo licitante no exercício anterior ou corrente, conforme procedimento previsto na fase de aceitação e julgamento da proposta, caso ainda não o tenha realizado.

11.5.15 Constatada a ocorrência de qualquer das situações de extrapolação do limite legal, o Pregoeiro indeferirá a aplicação do tratamento diferenciado em favor do licitante, conforme artigo 3º, §§ 9º, 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a negativa do prazo de regularização e consequente inabilitação, sem prejuízo das penalidades incidentes.

11.5.16 A prorrogação do prazo a que se refere o subitem anterior deverá sempre ser concedida pela Administração quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho devidamente justificados.

11.5.17 A declaração do vencedor de que trata este subitem acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

11.5.18 A não-regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

11.5.19 Ao preço do licitante declarado vencedor poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas



apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item ou lote, observado o artigo 6º do Decreto nº 3.931, de 2001.

11.5.20 Neste caso, o Pregoeiro retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até que se atinja a quantidade total estimada no Termo de Referência.

11.5.21 Da sessão pública do Pregão será lavrada Ata de Julgamento, que mencionará todas os licitantes presentes, os lances finais oferecidos, bem como as demais ocorrências que interessarem ao julgamento, devendo a Ata ser assinada pelo Pregoeiro e por todas os licitantes presentes.

12 DOS RECURSOS

12.2 Declarado o vencedor, e depois de decorrida a fase de regularização fiscal, caso o licitante vencedor seja microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, qualquer licitante poderá, ao final da sessão pública, de forma imediata e motivada, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

12.3 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

12.4 Cabe ao Pregoeiro receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando-os à autoridade competente quando mantiver sua decisão.

12.4.1 A análise quanto ao recebimento ou não do recurso, pelo Pregoeiro, ficará adstrita à verificação da tempestividade e da existência de motivação da intenção de recorrer.

12.5 O acolhimento de recurso, pelo Pregoeiro, ou pela autoridade competente, conforme o caso importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.6 Não serão conhecidos os recursos cujas razões forem apresentadas fora dos prazos legais.

13 - DA IMPUGNAÇÃO

13.1 - Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este Edital, nos termos do art. 41, § 1º da Lei nº. 8.666/93, devendo protocolar o pedido até 05 (dias) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação junto à Comissão Permanente de Licitação, localizada na Avenida Nossa Senhora do Carmo, S/n – CEP- 77.970-000 – Centro – Praia Norte/TO, no horário de 8h00min as 12h00min de segunda a sexta-feira, não sendo aceito, em nenhuma hipótese, aquele encaminhado via fax ou por remessa postal.

13.2 Caberá o Pregoeiro decidir sobre a impugnação, no prazo de 72 (setenta e duas) horas.

13.3 Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o quinto dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação.



13.4 Acolhida à impugnação contra este Edital será definida e publicado aviso no D.O.E., nova data para a realização deste certame, salvo se esta não implicar em alterações que afetem a formulação das propostas.

14- DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1- O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

23.2 - Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15 - DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

a. Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para, no prazo de 05 (oito) dias, contados da data da convocação, proceder à assinatura o contrato, a qual, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento, nas condições estabelecidas.

b. O órgão gerenciador encaminhará cópia do contrato aos órgãos participantes, se houver.

16- DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

a) O Contrato terá vigência a contar da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2018, prorrogável por igual período, conforme estabelece a Lei nº. 8.666/1993.

17 DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES

a) A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666, de 1993, e obedecidos os requisitos pertinentes do parágrafo 4º, do artigo 3º, do Decreto nº 3.931, de 2001.

b) As condições de fornecimento constam do Termo de Referência.

c) O órgão deverá assegurar-se de que o preço permanece vantajoso, mediante realização de pesquisa de mercado prévia à contratação (artigo 3º, parágrafo 4º, inciso II, do Decreto nº 3.931, de 2001).

d) O órgão convocará a fornecedora com preço, a cada contratação, no prazo de 5 (dias) dias úteis, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

e) Antes da assinatura do Contrato ou da emissão da Nota de Empenho, a Contratante poderá realizar consulta online ao SICAF, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação, nos termos do artigo 3º, § 1º, da IN SLTI/MPOG nº 02, de 11/10/2010, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados - CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.



- f) A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- g) É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.
- h) É vedada a subcontratação parcial, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.
- i) A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- j) Durante a vigência da contratação, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução contratual, de tudo dando ciência à Administração.

17 DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

- a. Cada contratação firmada com a fornecedora terá vigência de acordo com as disposições definidas na minuta de contrato ou instrumento equivalente, ou, na omissão deste, pelo prazo determinado no próprio instrumento, contados a partir da data da assinatura ou retirada do instrumento, nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- b. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU nº 39, de 13/12/2011.

18 DO PREÇO

- a) Durante a vigência de cada contratação, os preços são fixos e irrevogáveis.

19 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

- a. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e na minuta do instrumento de Contrato, quando for o caso.

20 DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- a) Os critérios de recebimento e aceitação do objeto estão previstos no Termo de Referência e na minuta do instrumento de Contrato, quando for o caso.

21 DO PAGAMENTO

- a. O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada.
- b. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada. O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.
- c. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA DE PRAIA NORTE
CNPJ: 25.061.789/0001-11

comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

d. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta online ao SICAF e, se necessário, aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

e. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

f. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

g. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

h. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

i. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

22 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22.1 As despesas decorrentes deste PREGÃO PRESENCIAL correrão à conta da NATUREZA DA DESPESA consignadas nas Secretarias Municipais, Fundo Municipal Saúde de Praia Norte – TO.

22

GABINETE DO PREFEITO				
ORGÃO	UND	PROGRAMÁTICA	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE
02	02	04.122.0052.2.007	3.3.90.39.00	10
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO				
ORGÃO	UND	PROGRAMÁTICA	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE
02	03	04.122.0052.2.005	3.3.90.39.00	10
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
ORGÃO	UND	PROGRAMÁTICA	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE
06	02	12.122.0052.2.067	3.3.90.39.00	20
06	02	12.361.0403.2.124	3.3.90.39.00	31
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE				
ORGÃO	UND	PROGRAMÁTICA	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE
02	08	18.542.0504.2.097	3.3.90.39.00	10
02	08	18.542.1311.2.098	3.3.90.39.00	10
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E PLANEJAMENTO				
ORGÃO	UND	PROGRAMÁTICA	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE
02	09	15.452.1311.2.089	3.3.90.39.00	10
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRAIA NORTE				
ORGÃO	UND	PROGRAMÁTICA	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE
07	01	10.122.1004.2.062	3.3.90.39.00	40



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA DE PRAIA NORTE
CNPJ: 25.061.789/0001-11

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
ORGÃO	UND	PROGRAMATICA	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE
08	01	10.122.1004.2.062	3.3.90.39.00	10

23 DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- a) Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000 e do Decreto nº 5.450, de 2005, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:
- b) Não assinar o contrato, não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta ou da Ata de Registro de Preços;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- e) Não manter a sua proposta dentro de prazo de validade;
- f) Comportar-se de modo inidôneo;
- g) Cometer fraude fiscal;
- h) Fizer declaração falsa;
- i) Ensejar o retardamento da execução do certame.
- j) A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- k) Multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- l) Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- m) A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- n) As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.
- o) A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- p) A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- q) As multas serão recolhidas em favor da Prefeitura Municipal de Praia Norte, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa do Município e cobradas judicialmente.
- r) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- s) As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

23

24 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA DE PRAIA NORTE
CNPJ: 25.061.789/0001-11

- a) Até cinco dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.
- b) Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de até vinte e quatro horas.
- c) Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, observando-se as exigências quanto à divulgação das modificações no Edital.
- d) Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- e) Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
- f) É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- g) No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- h) A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- i) A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.
- j) Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- k) Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- l) O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- m) As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- n) Em caso de divergência entre disposição do Edital e das demais peças que compõem o processo, prevalece a previsão do Edital.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA DE PRAIA NORTE
CNPJ: 25.061.789/0001-11

- o) O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e/ou obtidos no órgão, situado no endereço Avenida Nossa Senhora do Carmo, S/n – CEP- 77.970-000 - Centro – Praia Norte/TO, nos dias úteis, no horário das 08h00min às 12h00min.
- p) Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados no órgão, situado no endereço Avenida Nossa Senhora do Carmo, S/n – CEP- 77.970-000 - Centro – Praia Norte/TO, nos dias úteis, no horário das 08h00min às 12h00min.
- q) Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra do edital e de seus anexos, o valor se limitará ao custo efetivo da reprodução gráfica de tais documentos, nos termos do artigo 5º, III, da Lei nº 10.520, de 2002.
- r) Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da lei nº 10.520, de 2002, ao decreto nº 3.555, de 2000, decreto nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013, decreto nº 8.250 de 23 de maio de 2014, à lei nº 8.078, de 1990 - código de defesa do consumidor, ao decreto nº 3.722, de 2001, ao decreto nº 3.931, de 2001, à lei complementar nº 123, de 2006, decreto municipal nº004/2013 do dia 15 de janeiro de 2013 e subsidiariamente, a lei complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014, à lei nº 8.666, de 1993, bem como à legislação correlata, e demais exigências previstas neste edital e seus anexos.
- s) O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Seção Judiciária de Augustinópolis/TO, com exclusão de qualquer outro.

Praia Norte - TO, 21 de março de 2019.

25

Manoel Evandro de Araújo Sousa
Pregoeiro Municipal

AUTORIZO A REALIZAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL

HO-CHE-MIN SILVA ARAÚJO
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA DE PRAIA NORTE
CNPJ: 25.061.789/0001-11

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2019

1 - OBJETO – Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de Locações de Veículos e Maquinas para manutenção das Secretarias Municipais, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Educação e Assistência social de Praia Norte, conforme especificações e quantidades estabelecidas abaixo:

GABINETE DO PREFEITO						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNDT	PERÍODO MESES	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	CAMIONETE DE LUXO 4X4 SEMINOVA 2 ANOS DE USO, FREIO ABS E AIR-BAG DUPLO.	SV	1	12	R\$ 7.953,33	R\$95.440,00
						R\$95.440,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNDT	PERÍODO MESES	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	CARRO POPULAR, MOTOR 1.0, PASSEIO, COM ITENS DE SEGURANÇA, FREIO ABS E AIR-BAG DUPLO, ATÉ 10 ANOS DE USO, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO.	SV	1	12	R\$ 4.044,44	R\$48.533,32
2	ÔNIBUS MINIMO 42 LUGARES, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO E QUIPADOS COM OS ITENS DE SEGURANÇAS EXIGIDOS POR LEI.	SV	1	12	R\$ 5.840,00	R\$70.080,00
						R\$118.613,32
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNDT	PERÍODO MESES	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	CARRO POPULAR, MOTOR 1.0, PASSEIO, COM ITENS DE SEGURANÇA, FREIO ABS E AIR-BAG DUPLO, ATÉ 10 ANOS DE USO, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO.	SV	1	12	R\$ 4.044,44	R\$48.533,32
2	CAMIONETE CABINE SIMPLE ABERTA, 2.8, CAPACIDADE DE MINIMA 1800KG, COM TRAÇÃO SIMPLES 4X2 OU 4X4EM PLENAS CONDIÇÕES DE USO.	SV	1	12	R\$ 5.388,89	R\$64.666,68
TOTAL						R\$113.200,00



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA DE PRAIA NORTE
CNPJ: 25.061.789/0001-11

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E PLANEJAMENTO

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNDT	PERÍODO MESES	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	CAMINHÃO, CARGA SECA, DIESEL, CAPACIDADE DA CARGA (KG): 6000, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO	SV	1	12	R\$ 5.105,56	R\$61.266,68
2	CAMIONETE CABINE SIMPLE ABERTA, 2.8, CAPACIDADE DE 1.200KG, COM TRAÇÃO SIMPLES 4X2 OU 4X4 EM PLENAS CONDIÇÕES DE USO.	SV	1	12	R\$ 6.522,78	R\$78.273,32
						R\$139.540,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNDT	PERÍODO MESES	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	CAMINHÃO BASCULANTE, DIESEL, CAPACIDADE MÍNIMA DA CARGA (KG): 6000, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO	SV	3	12	R\$6.006,67	R\$216.240,00
2	CAMINHÃO TOCO PIPA, CARGA SECA, DIESEL, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO.	SV	1	12	R\$6.350,00	R\$76.200,00
3	CAMINHÃO, CARGA SECA, DIESEL, CAPACIDADE DA CARGA (KG): 6000, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO	SV	1	12	R\$6.554,44	R\$78.653,32
						R\$371.093,32

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNDT	PERÍODO MESES	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	CARRO POPULAR, MOTOR 1.0, PASSEIO, COM ITENS DE SEGURANÇA, FREIO ABS E AIR-BAG DUPLO, ATÉ 10 ANOS DE USO, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO.	SV	1	12	R\$4.044,44	R\$48.533,32
02	VAN, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 100CV; COMBUSTÍVEL: DIESEL; CAPACIDADE PARA 16 LUGARES; KILOMETRAGEM LIVRE; PORTA LATERAL CORREDIÇA;.	SV	1	12	R\$5.250,00	R\$63.000,00
						R\$111.533,32

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNDT	PERÍODO MESES	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
------	-----------	-----	------	---------------	------------	-------------



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA DE PRAIA NORTE
CNPJ: 25.061.789/0001-11

01	CARRO POPULAR, MOTOR 1.0, PASSEIO, COM ITENS DE SEGURANÇA, FREIO ABS E AIR-BAG DUPLO, ATÉ 10 ANOS DE USO, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO.	SV	1	12	R\$4.044,44	R\$48.533,32
						R\$48.533,32

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E SERVIÇOS URBANOS					
SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MAQUINAS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNDT HORAS	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	CAÇAMBA BASCULANTE, CAPACIDADE DE CARGA NO MÍNIMO 12000KG, 03 EIXO.	SV	500	R\$ 75,67	R\$37.833,33
2	RETROESCAVADEIRA TRAÇADO 4X4 COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 75 CV, PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 3000 KG, COM CARREGADEIRA FRONTAL COM DENTES, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 0,75 M ³ E ESCAVADEIRA TRASEIRA DE 75 CM DE LARGURA.	SV	300	R\$ 210,33	R\$63.100,00
3	TRATOR DE ESTEIRA D50, PESO OPERACIONAL 11TN, LARGURA DA LÂMINA 3.350MT, CAPACIDADE DA LÂMINA 2,5M ³ , POTÊNCIA DO MOTOR 90HP.	SV	300	R\$ 170,00	R\$51.000,00
4	ROLO COMPACTADOR	SV	100	R\$ 215,00	R\$21.500,00
5	CAMINHA PLANCHA, CAPACIDADE MINIMA DE CARGA 30 TONELADA	SV	250	R\$ 219,33	R\$54.833,33
6	TRATOR DE PNEUS	SV	500	R\$ 167,50	R\$83.750,00
					R\$312.016,67

28

1.1. O serviço objeto da contratação está dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas.

2 JUSTIFICATIVA

2.1 A locação dos veículos de pequeno e médio porte, de caminhões e máquinas, justificam-se pela necessidade de iniciar as atividades administrativas e os serviços básicos das unidades solicitantes e principalmente pela limpeza pública urbana, manutenção dos serviços essenciais e melhor atendimento a comunidade, sendo que esses serviços são indispensáveis para o atendimento à população de Praia Norte/TO.

2.2 A Locação dos Veículos, inerente ao objeto será de sumo importância para atender as das unidades solicitantes, para que possa desempenhar um serviço de qualidade para seus municípios de Praia Norte.



3 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1 O serviço serem contratados enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005.

4 MÉTODOS E ESTRATÉGIAS EXECUÇÃO

4.1 A locação será efetuada de acordo com a necessidade das unidades, com prazo de execução não superior a 02 (dois) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou da assinatura do instrumento de contrato, se for o caso.

4.2 Os veículos serão locados de acordo as necessidades das Secretarias Municipais e Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Praia Norte e Fundo Municipal de Assistência Social, através de solicitação de Requisições;

4.3 A contratada deverá ser responsável por lubrificantes, conservação e limpeza dos veículos, manutenção, reparos necessários, incluindo a reposição de peças, pneus, além do pagamento de impostos e taxas do veículo, pela providência, à suas custas, da substituição do veículo, caso apresente defeito que prejudique seu desempenho ou que o impeça à prestação dos serviços.

4.4 Os veículos requisitados pela CONTRATANTE deverão estar devidamente licenciados, equipados e totalmente regularizados, de forma a atender todas as exigências do Código de Trânsito Brasileiro.

5 AVALIAÇÃO DO CUSTO

5.1 O custo estimado total do – GABINETE DO PREFEITO, locação de veículos como valor do item 01 no valor R\$95.440,00 (noventa e cinco mil e quatrocentos quarenta reais), SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, locação de veículos como valor dos itens 01 e 02 no valor R\$118.613,32(cento e dezoito mil e seiscentos e treze reais e trinta e dois centavos), FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, locação de veículos com o valor do item 01 e 02 no valor R\$113.200,00 (cento e treze mil e duzentos reais), SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E PLANEJAMENTO, locação de veículos com o valor do item 01 e 02 no valor R\$139.540,00(cento e trinta e nove mil e quinhentos e quarenta reais), SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, locação de veículos com o valor do item 01 aos 03 no valor R\$ 371.093,32(trezentos e setenta e um mil noventa e três reais e trinta e dois centavos), FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, locação de veículos com o valor do itens 01 e 02, no valor R\$ 111.533,32(cento e onze mil e quinhentos e trinta e três reais e trinta e dois centavos) e FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, locação de veículos com o valor dos itens 01 e 02, no valor R\$ 48.533,32(quarenta e dois mil e quinhentos e trinta e três reais e trinta e dois centavos), com valor total R\$ 997.953,28(novecentos e noventa e sete mil novecentos e cinquenta e três reais e vinte oito centavos).

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E SERVIÇOS URBANOS, locação de Maquinas dos itens 01 e 06, com o valor, no valor R\$ 312.016,67(trezentos e doze mil e dezesseis reais e sessenta e sete centavos).

Com valor total dos itens no valor de R\$ 1.309.969,95(hum milhão e trezentos e nove mil e novecentos e sessenta e nove reais e noventa e cinco centavos).



5.2 O custo estimado foi apurado a partir de mapa de preços constante do processo administrativo, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas, em pesquisas de mercado.

6 - RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

a) EXECUÇÃO/: A empresa de que trata este Termo de Referência será contratado para prestação do serviço de locação de veículos inerente ao objeto, por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial, observando as disposições da Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666, de 21/06/1993, com suas alterações.

b) Os veículos do objeto a ser contratado estão enquadrados na classificação de produtos comuns, em atendimento ao disposto no Decreto nº 3.555/2000, de 08/08/2000, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência e no Edital da licitação, por meio de especificações usuais do mercado.

c) O objeto da presente licitação será entregue nas unidades:

d) Os veículos constantes do presente Termo de Referência serão locados de acordo as necessidades da municipalidade, através de Notas de Empenho emitidas as Licitantes vencedoras do certame;

e) A licitante vencedora terão um prazo de 02 (dois) dias úteis, após a emissão da nota de empenho, para realizar a entrega dos materiais.

f) Todos os materiais/produtos deverão estar em boas condições de uso estipulado pelo Código de Trânsito Brasileiro e no termo de referencia, dos fabricantes dos veículos, com as datas de validade estipuladas no item 2.1 ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL. (NO CASO DE MATERIAL/PRODUTO);

g) Os veículos a executar obedecerá ao horário de Funcionamento das 08h00min às 12h00min e 14h00min e 17h00min.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. A empresa se obrigará em solucionar quaisquer problemas com os veículos locados, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado;

7.2. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas neste Edital:

I – fornecer os veículos em boas condições dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura, de acordo com o especificado contrato e nos Anexos, que fazem parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data e horário de execução, não sendo aceitos os veículos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto registrado.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Ata;

30



- IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no contrato;
- V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do serviço, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- VI - comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros, julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- VII- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Prefeitura;
- VIII - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- IX – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 3 (três) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações.
- X - Acatar as decisões e observações feitas pela fiscal do Contrato, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;
- XI - Fornecer o objeto deste contrato nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência;
- XII - Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços;
- XIII - Cumprir rigorosamente com todas as programações e atividades constantes do objeto do contrato e que venham ser estabelecidas pelo Fiscal do Contrato;
- XIV - Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente contratação ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências desta Prefeitura;

8. DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

8.1. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

- I - todo e qualquer dano que causar ao Órgão, ou a terceiros, ainda que culposo praticado por seus prepostos, empregado ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;
- II - toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a Prefeitura por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Órgão/Entidades, que ficará de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

8.2. O FORNECEDOR autoriza ao Órgão/Entidade, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes



aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

8.3 Fornecer relatório mensal dos SERVIÇOS solicitados por parte das unidades solicitantes.

9 - DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA:

A Prefeitura Municipal de Praia Norte/TO obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos.

II - permitir ao pessoal do fornecedor acesso ao local da entrega, desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos;

IV - efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas no contrato.

9.1. Caberá à Prefeitura promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

10. MEDIDAS ACAUTELADORAS

10.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

11. CONTROLE DA EXECUÇÃO

11.1 - A fiscalização do contrato será exercida por representante da Secretaria Municipal de Administração pelo o Senhor Elto Abreu da Silva, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

11.2 - O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

12.2 - A fiscalização de que trata estes itens não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus órgãos e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3 - O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 2005, a

13.2 Contratada que, no decorrer da contratação:

13.3 Inexecutar total ou parcialmente o contrato;

13.4 Apresentar documentação falsa;



13.5 Comportar-se de modo inidôneo;

13.6 Cometer fraude fiscal;

13.7 Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, no contrato.

13.8 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b. Multa:

b.1. Moratória de até 05% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

b.2. Compensatória de até 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, pelo prazo de até dois anos;

c.1. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer nº 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota nº 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos nº 2.218/2011 e nº 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.

d. Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

13.9 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

13.10 Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

a) tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.11 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

13.14 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.15 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA DE PRAIA NORTE
CNPJ: 25.061.789/0001-11

garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

13.16 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (TRINTA) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.17 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13.18 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

13.19 As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da licitação estão previstas no Edital.

Praia Norte, 03 de dezembro de 2018.

Elto Abreu da Silva
Sec. Mun. de Administração

Claudilene Sousa Fortaleza
Gestor do Fundo Municipal da Saúde

José Nogueira Alves
Gestor do Fundo Municipal da Educação

Francisco dos Santos Gomes Filho
Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

34



PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS
DE HABILITAÇÃO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA NORTE/TO
PREGOEIRO MUNICIPAL
Ref.: PREGÃO PRESENCIAL nº ____/2019.

_____(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE),
_____(CNPJ Nº), sediada no (a)_____
(ENDEREÇO COMPLETO), declara, sob as penas da lei, que cumpre, plenamente,
os requisitos exigidos no procedimento licitatório referenciado.

Igualmente, declaramos sob as penas da lei, em especial do art. 36 da lei
12.462/2011, que nossos diretores, responsáveis legais e técnicos, membros de
conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio, não são
empregados ou ocupantes de cargo comissionado na Prefeitura Municipal de Praia
Norte Pública, bem como nossa Empresa não está incursa em nenhum dos
impedimentos elencados no Edital da licitação referenciada.

Finalizando, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos
relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições
estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

Local e Data

Atenciosamente,

Empresa

CNPJ: _____

Responsável

CPF _____

RG: _____

REPRESENTANTE



PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO
SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO.

À PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA NORTE/TO
PREGOEIRO MUNICIPAL
Ref.: PREGÃO PRESENCIAL nº ____/2019.

DECLARAÇÃO

..... (nome da empresa), inscrita (o) no CNPJ sob o n.º
....., com sede (endereço completo),
interessada(o) em participar do Edital de Pregão nº. ____/2019, instaurado pela
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA NORTE (SECRETARIAS MUNICIPAIS) E
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E
ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PRAIA NORTE/TO, declara sob as penas da Lei, que
não existe fato impeditivo PARA A CONTRATAÇÃO DESTA REFERIDA EMPRESA
JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA NORTE PÚBLICA e que a mesma
se obriga a comunicar a superveniência do mesmo, caso ocorra.

36

Por ser expressão da verdade, firmamos à presente.

Local e data

_____, _____, _____
Empresa
CNPJ: _____
Responsável
CPF _____
RG: _____
REPRESENTANTE



PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA À PROIBIÇÃO DO TRABALHO DO MENOR (LEI Nº 9.854/99)

À PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA NORTE/TO
PREGOEIRO MUNICIPAL
Ref.: PREGÃO PRESENCIAL nº ____/2019.

DECLARAÇÃO RELATIVA À PROIBIÇÃO DO TRABALHO DO MENOR
(LEI nº 9.854/99)

(NOME DA LICITANTE), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ-MF, sob nº (NN.NNN.NNN/NNNN-DV), com sede na (Endereço completo – CEP – Cidade – UF), neste ato representada pelo Sr(a) (NOME DO SÓCIO/REPRESENTANTE), (qualificação), residente e domiciliado (Endereço completo – CEP – Cidade – UF), inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda – CPF, sob nº (NNN.NNN.NNN-DV), declara, em atendimento ao previsto no Edital do processo licitatório, objeto do PREGÃO PRESENCIAL nº ____/2019, promovido pelo Município de Praia Norte - TO, que não possuímos em seu quadro de pessoal, empregados com idade inferior a 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei nº 9.854/99).

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Local e Data)

Empresa

CNPJ: _____

Responsável

CPF _____

RG: _____

REPRESENTANTE



PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE

ANEXO V - Modelo de declaração de microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

À PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA NORTE/TO
PREGOEIRO MUNICIPAL
Ref.: PREGÃO PRESENCIAL nº ____/2019.

DECLARAÇÃO

.....(razão social do licitante), inscrita no CNPJ sob o nº....., por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.), portador(a) entidade nº e do CPF nº....., DECLARA, para fins do disposto no subitem 4.3.2 do Edital, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

- () MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006;
() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006.
() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme Inciso §1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006.

38

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006.

Local e data

_____, _____
Empresa
CNPJ: _____
Responsável
CPF _____
RG: _____
REPRESENTANTE

Observações:

- Emitir em papel timbrado da empresa;
- No caso do Representante Legal não ser um dos sócios da empresa licitante, deverá ser apresentado o instrumento de procuração para tais poderes.
- Carimbo da Empresa
- Assinalar com um "X" a condição da empresa.



ANEXO VI - Minuta do contrato

TERMO DE CONTRATO Nº _____/2019

TERMO DE CONTRATO DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI O(A)..... E A EMPRESA.....

Pelo presente instrumento particular de contrato de prestação de serviços de um lado como CONTRATANTE, A PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA NORTE, Instituída pelo CNPJ: _____, Sito Avenida Nossa Senhora do Carmo, S/n – CEP- 77.970-000 - Centro – Praia Norte/TO, representado neste ato pelo Senhor Prefeito _____, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, residente e domiciliado à _____, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) _____ inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, sediado(a) na _____, em _____ doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, expedida pela (o) _____, e CPF nº _____, tendo em vista às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, IN O5 de 26 maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº _____/2019, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

39

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objeto do presente Termo de Contrato é Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de Locações de Veículos e Maquinas para manutenção das Secretarias Municipais, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Educação e Fundo Municipal de Assistência Social de Praia Norte, conforme termo de referência, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão nº _____/2019 e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é até 31 de dezembro de 2019, contados da assinatura do mesmo, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993, podendo ser prorrogado por igual período.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$(.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de Prefeitura Municipal de Praia Norte, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA DE PRAIA NORTE
CNPJ: 25.061.789/0001-11

4.1 As despesas decorrentes deste PREGÃO PRESENCIAL correrão à conta da NATUREZA DA DESPESA consignadas nas Secretarias Municipais, Fundo Municipal Saúde, Fundo Municipal de Educação e Fundo Municipal de Assistência Social de Praia Norte – TO.

GABINETE DO PREFEITO				
ORGÃO	UND	PROGRAMATICA	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE
02	02	04.122.0052.2.007	3.3.90.39.00	10
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO				
ORGÃO	UND	PROGRAMATICA	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE
02	03	04.122.0052.2.005	3.3.90.39.00	10
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
ORGÃO	UND	PROGRAMATICA	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE
06	02	12.122.0052.2.067	3.3.90.39.00	20
06	02	12.361.0403.2.124	3.3.90.39.00	31
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE				
ORGÃO	UND	PROGRAMATICA	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE
02	08	18.542.0504.2.097	3.3.90.39.00	10
02	08	18.542.1311.2.098	3.3.90.39.00	10
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E PLANEJAMENTO				
ORGÃO	UND	PROGRAMATICA	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE
02	09	15.452.1311.2.089	3.3.90.39.00	10
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRAIA NORTE				
ORGÃO	UND	PROGRAMATICA	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE
07	01	10.122.1004.2.062	3.3.90.39.00	40
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
ORGÃO	UND	PROGRAMATICA	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE
08	01	10.122.1004.2.062	3.3.90.39.00	10

40

5 CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1 O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal de Praia Norte, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, mediante apresentação da nota fiscal acompanhada da competente ordem de fornecimento.

5.2 Fornecer relatório de atividade mensal dos serviços solicitados e executado por parte da empresa.

6 CLÁUSULA SEXTA– REAJUSTE

6.1 O preço contratado é fixo e irredutível.

7 CLÁUSULA OITAVA – FORNECIMENTO DO OBJETO

7.1 As condições de fornecimento e recebimento do objeto são:

a A empresa de que trata este Termo de Referência serão contratado para prestação fornecimento de Produtos de expediente e consumo, por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial, observando as disposições da Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666, de 21/06/1993, com suas alterações.



b Os produtos do objeto a ser contratado estão enquadrados na classificação de serviços comuns, em atendimento ao disposto no Decreto nº 3.555/2000, de 08/08/2000, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência e no Edital da licitação, por meio de especificações usuais do mercado.

c O objeto da presente licitação, serão entregue nas unidades:

d Os veículos do objeto a ser contratado estão enquadrados na classificação de produtos comuns, em atendimento ao disposto no Decreto nº 3.555/2000, de 08/08/2000, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência e no Edital da licitação, por meio de especificações usuais do mercado.

e O objeto da presente licitação será entregue nas unidades:

f Os veículos constantes do presente Termo de Referência serão locados de acordo as necessidades da municipalidade, através de Notas de Empenho emitidas as Licitantes vencedoras do certame;

g A licitante vencedora terão um prazo de 02 (dois) dias úteis, após a emissão da nota de empenho, para realizar a entrega dos materiais.

h Todos os materiais/produtos deverão estar em boas condições de uso estipulado pelo Código de Trânsito Brasileiro e no termo de referencia, dos fabricantes dos veículos, com as datas de validade estipuladas no item 2.1 ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL. (NO CASO DE MATERIAL/PRODUTO);

i Os veículos a executar obedecerá ao horário de Funcionamento das 08h00min às 12h00min e 14h00min e 17h00min..

41

8 CLAÚSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

8.1 A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Secretaria Municipal de Administração o Senhor ELTO ABREU DA SILVA, Secretário Municipal de Administração, nomeado pelo Decreto nº 002/2017 de 02 de janeiro de 2017, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

8.2 - O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e execução do contrato.

8.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.4 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9 CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1 Das obrigações da CONTRATANTE:

9.1.1 Para garantir o fiel cumprimento do objeto deste Contrato, a CONTRATANTE se compromete a:



- I) Efetuar o pagamento na forma convencionada neste instrumento, desde que preenchidas as formalidades previstas neste Contrato;
- II) Designar profissionais do Setor de Compras da sede da Prefeitura Municipal de Praia Norte, para, na qualidade de fiscais, acompanhar o fornecimento dos produtos objeto deste Contrato;
- III) Comunicar à Contratada, através do executor designado, qualquer problema que ocorra na entrega do objeto.

9.2 Das Obrigações da CONTRATADA:

9.2.1 Na execução do objeto do presente Contrato, obriga-se a CONTRATADA a envidar todo o empenho e dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados, obrigando-se ainda a:

- I) iniciar a execução somente após autorização, mediante Ordem de Fornecimento, emitida pelo setor competente da Prefeitura Municipal de Praia Norte, cujas cópias deverão ser apresentadas em anexo às respectivas notas fiscais para efeito de pagamento;
 - II) respeitar o prazo de execução do objeto estipulado por este contrato;
 - III) reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem incorreções ou defeitos de fabricação ou decorrentes do fornecimento;
 - IV) comunicar à FISCALIZAÇÃO qualquer irregularidade e providências a serem tomadas no fornecimento do produto;
 - V) facilitar à FISCALIZAÇÃO o acesso aos procedimentos e técnicas adotados;
 - VI) responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
 - VII) Manter durante o prazo de execução do Contrato as exigências de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
 - VIII) Promover, através de profissional habilitado e durante o período que se fizer necessário, o treinamento e orientação dos responsáveis pela utilização e manutenção do objeto do presente contrato, em local a ser designado pela Prefeitura Municipal de Praia Norte.
 - IX) O licitante CONTRATADO(A) responderá, perante o usuário, por eventuais danos morais e materiais resultantes da utilização do objeto da licitação, independentemente de culpa.
 - X) As entregas serão feitas mediante as ordens de entrega parciais com indicação das quantidades do material.
- SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – O CONTRATANTE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

10 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Edital e no Termo de Referência.

11 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

11.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as conseqüências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA DE PRAIA NORTE
CNPJ: 25.061.789/0001-11

11.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PUBLICAÇÃO

12.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

13 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORO

13.1 O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Augustinópolis/TO.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Praia Norte/TO, de..... de

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:

R.G:

CPF/MF:

Nome:

R.G:

CPF/MF:



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA DE PRAIA NORTE
CNPJ: 25.061.789/0001-11

ANEXO VII

PROPSOTA COMERCIAL

A

Prefeitura Municipal de Praia Norte – TO
PREGÃO PRESENCIAL – Nº _____/2019
SESSÃO PÚBLICA: ____/____/2019
HORÁRIO: ____h__ min

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de Locações de Veículos e maquinas para manutenção das Secretarias Municipais, Fundo Municipal de Saúde Fundo Municipal de Educação e Fundo Municipal de Assistência Social de Praia Norte, conforme especificações e condições constantes no edital.

Proposta que faz a empresa _____ conformidade com o Edital de Pregão nº ____/____

GABINETE DO PREFEITO

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNDT	PERÍODO MESES	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	CAMIONETE DE LUXO 4X4 SEMINOVA 2 ANOS DE USO, FREIO ABS E AIR-BAG DUPLO.	SV	1	12		
						44

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNDT	PERÍODO MESES	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	CARRO POPULAR, MOTOR 1.0, PASSEIO, COM ITENS DE SEGURANÇA, FREIO ABS E AIR-BAG DUPLO, ATÉ 10 ANOS DE USO, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO.	SV	1	12		
2	ÔNIBUS MINIMO 42 LUGARES, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO E QUIPADOS COM OS ITENS DE SEGURANÇAS EXIGIDOS POR LEI.	SV	1	12		

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNDT	PERÍODO MESES	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	CARRO POPULAR, MOTOR 1.0, PASSEIO, COM ITENS DE SEGURANÇA, FREIO ABS E AIR-BAG DUPLO, ATÉ 10 ANOS DE USO, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO.	SV	1	12		



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA DE PRAIA NORTE
CNPJ: 25.061.789/0001-11

2	CAMIONETE CABINE SIMPLE ABERTA, 2.8, CAPACIDADE DE MINIMA 1800KG, COM TRAÇÃO SIMPLES 4X2 OU 4X4EM PLENAS CONDIÇÕES DE USO.	SV	1	12		
TOTAL						

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E PLANEJAMENTO

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNDT	PERÍODO MESES	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	CAMINHÃO, CARGA SECA, DIESEL, CAPACIDADE DA CARGA (KG): 6000, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO	SV	1	12		
2	CAMIONETE CABINE SIMPLE ABERTA, 2.8, CAPACIDADE DE 1.200KG, COM TRAÇÃO SIMPLES 4X2 OU 4X4EM PLENAS CONDIÇÕES DE USO.	SV	1	12		

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNDT	PERÍODO MESES	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	CAMINHÃO BASCULANTE, DIESEL, CAPACIDADE MÍNIMA DA CARGA (KG): 6000, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO	SV	3	12		
2	CAMINHÃO TOCO PIPA, CARGA SECA, DIESEL, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO.	SV	1	12		
3	CAMINHÃO, CARGA SECA, DIESEL, CAPACIDADE DA CARGA (KG): 6000, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO	SV	1	12		

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNDT	PERÍODO MESES	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	CARRO POPULAR, MOTOR 1.0, PASSEIO, COM ITENS DE SEGURANÇA, FREIO ABS E AIR-BAG DUPLO, ATÉ 10 ANOS DE USO, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO.	SV	1	12		
02	VAN, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 100CV; COMBUSTÍVEL: DIESEL; CAPACIDADE PARA 16 LUGARES; KILOMETRAGEM LIVRE; PORTA LATERAL CORREDIÇA;.	SV	1	12		



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA DE PRAIA NORTE
CNPJ: 25.061.789/0001-11

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNDT	PERÍODO MESES	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	CARRO POPULAR, MOTOR 1.0, PASSEIO, COM ITENS DE SEGURANÇA, FREIO ABS E AIR-BAG DUPLO, ATÉ 10 ANOS DE USO, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO.	SV	1	12		

Com Valor total do serviço GABINETE DO PREFEITO, locação de veículos como valor do item 01 no valor R\$ _____ (_____), SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, locação de veículos como valor dos itens 01 e 02 no valor R\$ _____ (_____), FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, locação de veículos com o valor do item 01 e 02 no valor R\$ _____ (_____), SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E PLANEJAMENTO, locação de veículos com o valor do item 01 e 02 no valor R\$ _____ (_____), SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, locação de veículos com o valor do item 01 aos 03 no valor R\$ _____ (_____), FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, locação de veículos com o valor dos itens 01 e 02, no valor R\$ _____ (_____) e FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, locação de veículos com o valor dos itens 01 e 02, no valor R\$ _____ (_____), com valor total R\$ _____ (_____).

46

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E SERVIÇOS URBANOS, locação de Maquinas dos itens 01 e 06, com o valor, no valor R\$ _____ (_____).

Com valor total dos itens no valor de R\$ _____ (_____).

Observação para cada item da licitação cotado: valor limitado a 2 (duas) casas decimais, em algarismos arábicos, expresso em moeda nacional.

Prazo de validade da proposta: 60 dias (não inferior a sessenta dias)

Essa proposta de preço contempla a integralidade das especificações constantes do Termo de Referênciado Edital e que concorda e cumprirá todas as suas prescrições.

Os preços contidos nessa proposta incluem todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços/produtos e ou equipamentos, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto licitado.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA DE PRAIA NORTE
CNPJ: 25.061.789/0001-11

Prazo de entrega _____

Dados da empresa:

Razão Social:

CNPJ:

Inscrição Estadual:

Endereço:

E-mail:

Telefone:

fax-símile:

Dados bancários:

Empresa

CNPJ: _____

Responsável

CPF _____

RG: _____

REPRESENTANTE



ANEXO VIII DO EDITAL
TERMO DE CREDENCIAMENTO

Pregão Presencial nº ____/2019

A empresa _____, CNPJ nº. _____, por seu representante legal abaixo identificado, credencia o (a) Sr.(a) _____, RG nº. _____ e CPF nº. _____ para representá-la perante a Prefeitura Municipal de Praia Norte, nos atos relacionados à modalidade de pregão, podendo, para tanto, formular ofertas e lances verbais de preços, manifestar intenção de interpor recursos, desistir do direito de os interpor, requerer o registro em ata de observações que entender relevantes, concordar, discordar, transigir, desistir, firmar compromissos, requerer, alegar e assinar o que convier e praticar todos os atos necessários ao perfeito desempenho do presente credenciamento.

48

..... de de 2019.

Empresa

CNPJ: _____

Responsável

CPF _____

RG: _____

REPRESENTANTE



ANEXO IX

MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO NO
QUADRO SOCIAL OU PROFISSIONAL DA LICITANTE

A

Prefeitura Municipal de Praia Norte – TO
PREGÃO PRESENCIAL – Nº _____/2019

Prezado Senhor,

A empresa _____, por seu representante legal abaixo assinado, DECLARA que não possui em quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, em atendimento à vedação disposta no subitem 3.5.1, alínea "c", sendo de inteira responsabilidade do Contratado a fiscalização dessa vedação; (Art. 18, XII, Lei 12.708/2012.

49

Empresa

CNPJ: _____

Responsável

CPF _____

RG: _____

REPRESENTANTE